

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15979 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

PRÁTICAS DE IN/EXCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA: ENTRE A LEGALIDADE E A (IN)ACESSIBILIDADE

Cleide Silva do Nascimento - IFSC - Chapecó

Patrícia Graff - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNIEDU

PRÁTICAS DE IN/EXCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA: ENTRE A LEGALIDADE E A (IN)ACESSIBILIDADE

RESUMO: Este estudo investiga a inclusão na Educação Profissional (EP) e na Educação Superior (ES) e toma como objeto de análise as práticas de in/exclusão que estão em jogo na educação de estudantes com deficiência (EcD). A partir do campo dos Estudos Foucaultianos, assume a prática como conceito-ferramenta para compreender como as políticas de inclusão voltadas aos estudantes com deficiência conformam práticas de in/exclusão na EP e na ES. A articulação analítica entre a materialidade empírica, bibliográfica e documental mostrou um conjunto de práticas de in/exclusão. As conclusões apontam que tais práticas, atravessadas por diferentes saberes e materializadas a partir dos jogos de poder por sujeitos diversos, conformam, nas Instituições Federais de Educação (IFE), uma zona de (des)conforto, cujos principais efeitos são a inacessibilidade e a (auto)responsabilização dos EcD pelos processos de in/exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de inclusão. Estudantes com deficiência. Educação Profissional e Superior. Práticas de in/exclusão.

A reserva de vagas nas IFE resultou no aumento de estudantes com deficiência na EP e na ES. No entanto, estar presente nas estatísticas não garante a inclusão na vida escolar. A inclusão ou a exclusão dependem dos processos internos das instituições de ensino. Portanto, parece-nos importante analisar como as políticas de inclusão são materializadas no cotidiano educacional. Nessa direção, o conceito de in/exclusão, discutido por Lopes e Fabris (2020, p. 74), possibilita refletir que “muitos sofrem por estarem no interior dos grupos discriminados e impedidos/limitados de se relacionar ou ainda de participar das mesmas práticas dos grupos que integram”.

A conexão dos conceitos de inclusão e de exclusão, na formulação in/exclusão, é produto do campo dos Estudos Foucaultianos. Este conceito descreve os processos de in/exclusão como interdependentes, como dimensões complementares da mesma realidade, operando concomitantemente. Nessa abordagem, as mesmas práticas e estruturas podem tanto

incluir quanto excluir indivíduos em diferentes situações. Não se trata de uma condição permanente do indivíduo, mas de um estado que pode variar ao longo do tempo e em diferentes vivências.

Com o intuito de compreender as práticas de in/exclusão na EP e na ES, esse estudo teve como problemática mobilizadora: *como as políticas de inclusão, voltadas aos estudantes com deficiência, conformam práticas de in/exclusão na Educação Profissional e na Educação Superior?* A partir dessa questão, o objetivo geral do estudo foi analisar as práticas de in/exclusão que constituem as políticas de inclusão na Educação Profissional e na Educação Superior. Os objetivos específicos visaram: a) identificar e problematizar as práticas que constituem as políticas de inclusão, voltadas às pessoas com deficiência, em âmbito Federal; b) identificar e analisar as práticas que constituem as políticas institucionais voltadas à inclusão dos estudantes com deficiência nas instituições federais de educação da região Oeste de Santa Catarina (SC); e c) mapear e analisar as práticas de in/exclusão expressas pelas falas dos estudantes com deficiência.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se na perspectiva epistemológica pós-crítica, ancorada no campo dos Estudos Foucaultianos. Assumiu, deste campo, a prática como conceito-ferramenta, usado desde a identificação e da produção dos dados até as análises. No campo dos Estudos Foucaultianos, a prática não se resume simplesmente à ação, mas constitui um conceito complexo que, segundo Marín-Díaz (2021), abrange três esferas: a) *a técnica*, envolve a forma e o modo de fazer, não se limitando à descrição de passos, mas situando-se na interseção entre a cultura e a produção de modos de vida, ligados com determinada técnica (Marín-Díaz, 2021); b) *o télos*, não se restringe a um objetivo simples, mas representa a direção ou finalidade, orienta a ação. Refere-se a um movimento sustentado por saberes diversos (Marín-Díaz, 2021); c) *os efeitos* ou efetivações, abarcam os resultados alcançados, tanto os efeitos intencionais quanto os não previstos, que podem divergir do esperado (Marín-Díaz, 2021). As práticas, situadas em um contexto temporal e espacial, constituem uma matriz ou foco de experiência, “nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (Foucault, 2010, p. 4). Dimensões que Marín-Díaz e Nogueira-Ramírez (2017), inspirados em Foucault, identificam como: saberes, normas e sujeitos. Os *saberes* abrangem o conhecimento científico e os saberes populares (Marín-Díaz; Nogueira-Ramírez, 2017). As *normas* correspondem às matrizes normativas, um conjunto de regulamentos que guiam e legitimam certas formas de ser e agir (Marín-Díaz; Nogueira-Ramírez, 2017). Essas normativas podem ser explícitas, como leis e documentos institucionais, ou implícitas, como códigos sociais e profissionais não formalizados. Os *sujeitos*, concerne aos modos de existência ou formas de subjetivação, “a forma como os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, aos seus deveres” (Marín-Díaz; Nogueira-Ramírez, 2017, p. 43).

A partir desse quadro teórico, constituíram o locus do estudo três IFE, localizadas na região oeste de Santa Catarina, que oferecem EP pós-médio e ES. A fim de contemplar os

objetivos estabelecidos, foi realizado um mapeamento das práticas nos documentos das IFE pesquisadas - ao todo, 13 documentos de acesso público compuseram a materialidade de pesquisa - e, paralelamente, nas políticas que orientam as IFE quanto à inclusão de EcD. Também foram entrevistados onze estudantes com deficiência, que falaram sobre suas vivências na EP e na ES. Para cada participante, foi gerado um código alfanumérico composto da seguinte forma: M ou H para o gênero, numeral com idade, abreviação da condição de deficiência, ES ou EP para o tipo de curso, e numeral do semestre de matrícula. As práticas mapeadas na materialidade documental e empírica, organizadas por proximidade, originaram três agrupamentos temáticos: cultura de inclusão, práticas de (in)acessibilidade e pensamento meritocrático.

A análise da materialidade documental tomou como ênfase as duas primeiras esferas da prática: a técnica e o télos. A análise da materialidade empírica, das entrevistas com os EcD, partiu do reconhecimento (ou não) das técnicas identificadas na análise documental, do mapeamento das técnicas não previstas nas normativas e da prospecção dos efeitos nos processos de in/exclusão. Na sequência, buscamos compreender essas práticas a partir de interlocuções com as três dimensões da matriz de experiência: as normas, os saberes e os sujeitos. Por fim, refletimos sobre o efeito das práticas nos processos de in/exclusão dos estudantes com deficiência na EP e na ES.

A pesquisa documental evidenciou a intencionalidade das IFE pesquisadas na invenção de uma cultura de inclusão, conforme documentado no excerto “promover junto à comunidade acadêmica a disseminação da cultura da inclusão no âmbito do [...] e na sua relação com a comunidade” (Brasil, 2019, p. 5). Para tanto, as três IFE preveem, em seus documentos, práticas de produção de saberes, por exemplo: “executar cursos de extensão universitária, capacitação e seminários ou eventos que tratem da temática da acessibilidade para a comunidade interna e/ou externa” (Brasil, 2015, p. 4). Essas práticas são orientadas pela matriz normativa inclusiva de âmbito federal, que conduz as instituições educacionais para a promoção de práticas inclusivas e a eliminação de barreiras. Destacam-se dois campos de conhecimento nas políticas analisadas: a) a concepção médica que contribui para estigmatizar as diferenças. Produz práticas de normalização e de responsabilização, reforçando a ideia de mérito baseado na capacidade individual, alimentando o ethos meritocrático; b) a concepção social que concebe a deficiência como condição humana e reivindica a remoção das barreiras com o objetivo de assegurar que as PcD tenham garantidos seus direitos. As atuais políticas de inclusão são produzidas sobre essas duas concepções de deficiência, utilizando conhecimentos médicos para definir o público-alvo e orientando as instituições na remoção de barreiras. Com o objetivo de aproximar os conhecimentos da comunidade acadêmica sobre a inclusão e promover subjetividades inclusivas, as IFE pesquisadas promovem práticas para gerar e disseminar conhecimento, oferecem formação continuada em serviço e estabelecem parcerias com instituições reconhecidas na esfera pública por sua abordagem inclusiva.

Da materialidade empírica emergiu um conjunto de práticas que materializam os

efeitos dos saberes advindos da teoria do capital humano (Schultz, 1973) e da meritocracia (Sandel, 2021; Markovits, 2021) na concepção de deficiência dos EcD e nas práticas in/exclusão, sobretudo nas práticas de (com)vivência experienciadas na EP e na ES. As entrevistas mostram que: a) “os alunos com deficiência têm mais necessidade de estudar para conseguir acompanhar a turma” (H55DAES8); b) “já tive situações em que eu fui o único a ficar sem grupo [para a realização de trabalho] na sala” (H25TEAES2). Os EcD, subjetivados pelos saberes da área médica - que pautam as políticas de inclusão -, pela meritocracia e pela teoria do capital humano, percebem a deficiência como um problema, por conseguinte, dedicam-se para mitigar as desigualdades presentes no contexto acadêmico. Subjetivados pela meritocracia, os EcD, buscando provar competência, entram na corrida meritocrática, ao invés de priorizarem a busca por seus direitos. As IFE, por sua vez, reproduzem discursos meritocráticos permeados pela teoria do capital humano, os quais sustentam o descrédito nas potencialidades dos EcD e incentivam a competição entre os pares. A competição circunscreve as práticas de (com)vivência entre estudantes, enquanto a teoria do capital humano sustenta o descrédito, também por parte dos professores, na potencialidade dos EcD. A convergência desses saberes conforma uma zona de (des)conforto, alternando momentos de relativo conforto, muitas vezes devido à invisibilidade e à naturalização das barreiras, e períodos de desconforto causados pela presença dos EcD, pela necessidade de convivência e promoção de práticas inclusivas.

A materialidade documental descreve um conjunto de práticas de acessibilidade, às quais os EcD têm direito, de acordo com as normativas de âmbito federal. Algumas dessas práticas somam-se às práticas mapeadas nas falas dos EcD, por exemplo: contratação de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, acompanhamento pedagógico e apoio acadêmico, enquanto outras confrontam-se, a exemplo da inacessibilidade descrita por esse EcD “os slides [...]. Não são acessíveis. [...] Cheios de figuras, pontinhos, legendas em inglês” (H25TEAES2), e da invisibilização descrita por outro EcD “[o professor] só observa quando eu estou tremendo ao fazer o trabalho, eu tento ao máximo chegar à perfeição, só que é difícil, eu tenho problema na mão direita” (H40DFEP4). Ao analisar o conjunto de práticas advindas da materialidade documental e empírica, que produzem efeitos sobre os processos de ensino e de aprendizagem, identificamos a prevalência de práticas de inacessibilidade pedagógica e de naturalização das barreiras. Sobressaem-se às práticas de normalização e invisibilização dos EcD. Embora haja uma gama de normativas que preveem práticas inclusivas, essas normativas não são suficientes para garantir práticas inclusivas e o direito à aprendizagem.

Imersas no contexto neoliberal, mapeamos, durante a pesquisa, duas faces da inclusão na EP e na ES. Por um lado, atende à pauta social que reivindica a inclusão como direito e, por outro, produz capital humano para o mercado. As instituições buscam produzir subjetividades inclusivas, promovendo formação continuada em serviço para seus servidores, articulando-se a instituições lidas como inclusivas e ampliando as possibilidades de ingresso; ao mesmo tempo, (re)produzem, no ambiente acadêmico, as desigualdades da sociedade e os discursos meritocráticos que alimentam a concorrência, a individualização e resultam em

práticas de discriminação negativa.

Os saberes, as normas e os sujeitos, dimensões da matriz de experiência, se retroalimentam e produzem, no contexto da EP e da ES, práticas in/excludentes. As práticas de in/exclusão atravessadas por diferentes saberes e materializadas a partir dos jogos de poder, por sujeitos diversos, conformam, nas IFE, uma zona de (des)conforto, cujos principais efeitos são a inacessibilidade e a (auto)responsabilização dos estudantes com deficiência pelos processos de in/exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 6/CONSUNI CGRAD/UFFS/2015. **Regulamento do Núcleo de Acessibilidade**. Chapecó, SC, 28 maio 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Resolução CONSUP nº 38, de 16 de dezembro de 2019. **Aprova o Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade Educacional - NAE**. Florianópolis, SC, 16 dez. 2019. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao38_2019_Aprova_NAE_com_anexo.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. Tradução de Renata Guerra. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

MARÍN- DÍAZ, Dora Lilia. Informação verbal na disciplina Estudos Foucaultianos do mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, realizado em 21 de junho de 2021.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia; NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Saberes, normas e sujeitos**: questões sobre a prática pedagógica. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 37-56, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53866/33971>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Tradução de Bhuvli Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.